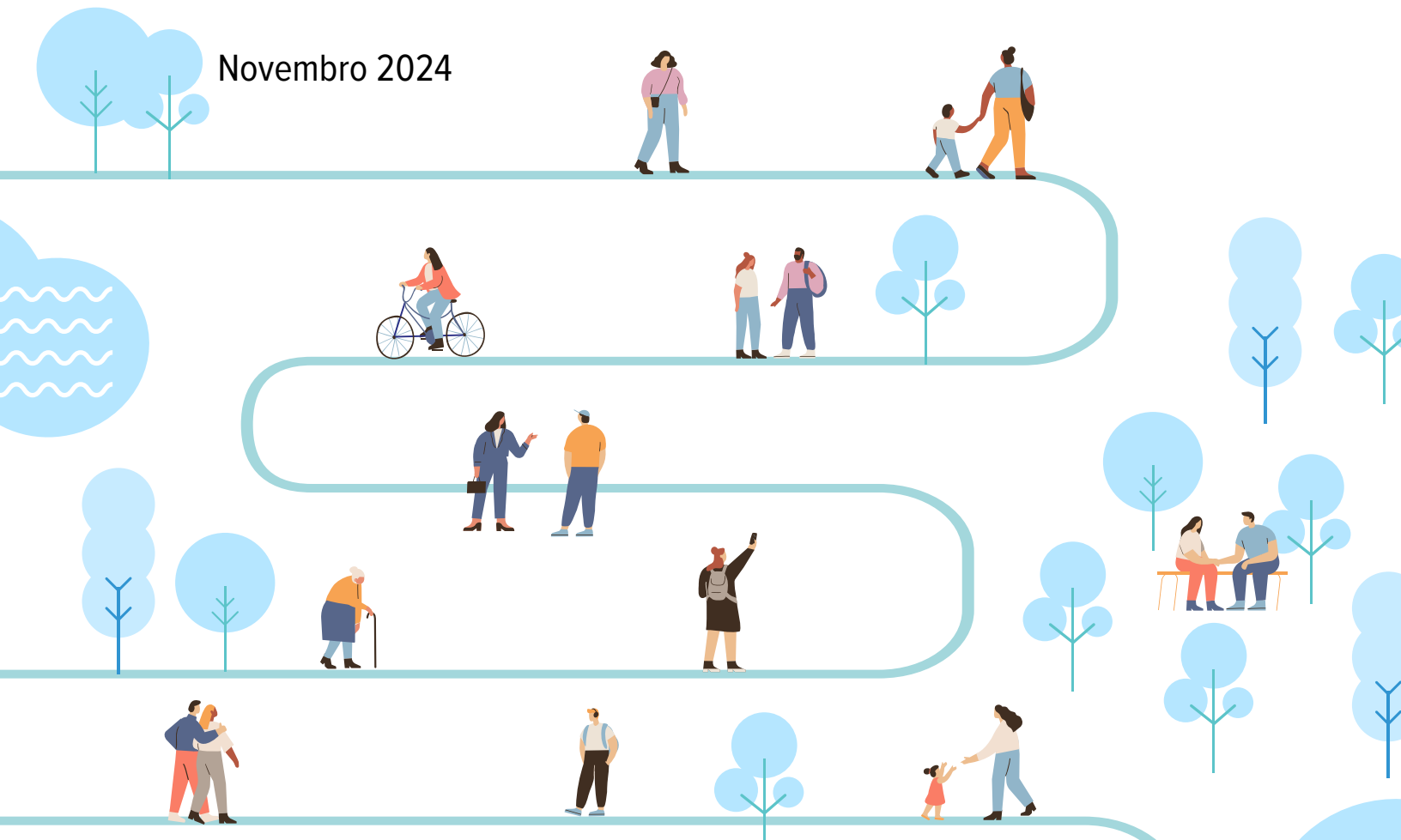


A segurança cidadã como pilar da agenda renovada de desenvolvimento e democracia na América Latina e no Caribe

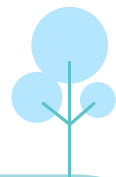
Contribuições do PNUD, Fundação Carolina, IDEA Internacional e SEGIB para a XXIX Cúpula Ibero-Americana das e dos chefes de Estado

Novembro 2024



“A segurança cidadã é motivo de preocupação para muitos tomadores de decisão e repercute no calor das campanhas eleitorais. Não é raro que o tema tenha aumentado na América latina e no Caribe ao ponto de tornar-se a principal preocupação pública em muitos países. O nível de insegurança sofrido por muitas pessoas na região impede o desenvolvimento humano. Apesar das melhorias sociais, a região continua sendo a mais desigual e a mais insegura do mundo.

Não existe uma fórmula única e mágica para resolver o problema, mas a insegurança tem remédio. Os avanços em matéria de segurança cidadã não é o resultado de uma única política isolada, mas de uma abordagem multissetorial e de uma série de políticas que incluam medidas de prevenção, reformas institucionais, investimento público suficiente, mudanças na relação entre Estado e comunidades, vontade política ampla e sustentada, e a adoção de sistemas de informação e intervenção mais modernos e eficazes”¹.



¹ PNUD (2013). Informe Regional de Desarrollo Humano 2013-2014. Seguridad ciudadana con rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina. Extraído de: www.undp.org/es/latin-america/publicaciones/informe-regional-de-desarrollo-humano-2013-2014

1. Introdução



A segurança cidadã é a base para criar sociedades inclusivas e sustentáveis, onde todas as pessoas possam viver sem medo, exercer plenamente seus direitos e contribuir ativamente para o desenvolvimento.

A violência e a insegurança relacionadas com as atividades criminais constituem uma das principais ameaças ao desenvolvimento humano, à governança democrática e ao crescimento econômico sustentável na América Latina e no Caribe. Os tomadores de decisão enfrentam hoje o desafio de criar políticas de segurança e justiça que façam frente e, ao mesmo tempo, previnam as diversas formas de violência existentes. Suas causas profundas e complexas não podem ser abordadas por meio de intervenções fragmentadas; elas exigem uma abordagem integral da segurança cidadã que estabeleça, fortaleça e proteja a ordem civil democrática, elimine as ameaças de violência à população e permita uma coexistência segura e pacífica.

A segurança cidadã não é um fim em si mesma. Mas a maneira como essa questão é abordada e respondida repercute no tipo de desenvolvimento e na forma de governo que avançamos. O trabalho conjunto e sustentado com instituições nacionais, locais, acadêmicas e da sociedade civil deixa pelo menos quatro lições que são abordadas neste documento: (i) a qualidade da informação e dos dados desagregados são fundamentais para tomar decisões acertadas sobre política pública e para abordar a violência de forma eficaz. Esses dados devem ser transparentes e acessíveis para a cidadania por meio de ferramentas tecnológicas inovadoras; (ii) soluções populares e espetaculares podem atenuar os sintomas, mas não resolvem os problemas sociais complexos e podem colocar em risco a institucionalidade, a qualidade democrática, as liberdades e o desenvolvimento humano; (iii) a redução sustentada da incidência de crimes foi alcançada principalmente por meio da implementação de políticas integrais de prevenção, com uma abordagem territorial e de direitos, e do fortalecimento institucional (mas isso não foi suficiente), e (iv) embora o aumento das punições penais não seja uma solução eficaz para reduzir a violência, é importante promover a certeza de que os crimes são punidos de forma justa e proporcional, respeitando os direitos humanos e as leis. As soluções para a segurança cidadã devem estar centradas nas pessoas e nas políticas públicas que abordem as desigualdades sociais, o desemprego e melhorem a educação. O investimento social e a prevenção são fundamentais para contar com sociedades mais justas, pacíficas e coesas².

² PNUD (2023). Construyendo seguridad ciudadana desde una perspectiva centrada en las personas. Extraído de: www.undp.org/es/latin-america/blog/construyendo-seguridad-ciudadana-desde-una-perspectiva-centrada-en-las-personas.

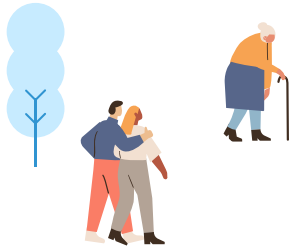
A partir do Sistema Ibero-Americano, essa visão da segurança cidadã como elemento fundamental do desenvolvimento permite aproveitar a cooperação internacional, incluindo a cooperação Sul-Sul e triangular, para promover o intercâmbio de experiências e boas práticas entre ambos os lados do Atlântico³ e abrir novas oportunidades para que os Estados desenhem políticas de segurança mais eficazes e adaptadas às realidades locais.

A **Cúpula Ibero-Americana das e dos chefes de Estado** representa um momento único para dialogar sobre estratégias integrais que reforcem a segurança, a sustentabilidade e a equidade, ao mesmo tempo que fortalecem a confiança cidadã nas instituições. Neste âmbito, o PNUD, Fundação Carolina⁴, IDEA Internacional e SEGIB unem forças para compartilhar boas práticas que contribuam para a construção de uma agenda renovada que coloque as pessoas no centro da segurança cidadã na América Latina e no Caribe.

3 A SEGIB, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desenvolveu em 2024 duas oficinas sobre a segurança cidadã na América Latina: “Confiança e segurança cidadã na América Latina: qual é a institucionalidade necessária para enfrentar a criminalidade organizada?” e “Segurança Cidadã e Justiça na América Latina.”

4 A Fundação Carolina, juntamente com PRISA e CITpax, realizou em junho de 2024 o seminário “Os desafios da Segurança na América Latina”, que deu início a um ciclo de trabalho vinculado com esse tema: www.fundacioncarolina.es/seminario-los-desafios-a-la-seguridad-en-america-latina

2. Contexto regional



A segurança cidadã na América Latina e no Caribe é um desafio em constante evolução. É o momento de redobrar os esforços e coordenar ações para ir além da redução da criminalidade por meio da expansão de políticas públicas que beneficiem todas as pessoas, fortalecendo a coesão social e respeitando o Estado de direito, para garantir a sustentabilidade.

Nas décadas anteriores, a América Latina e o Caribe alcançaram uma redução significativa da pobreza, uma melhoria no desenvolvimento humano e um aumento no bem-estar em várias dimensões, acompanhado por um processo de consolidação democrática. À medida que a vida das pessoas melhorava, a economia de seus países também crescia, tornando-se uma região de renda média. No entanto, o progresso alcançado encontra-se agora em um período de regressão. A região enfrenta desafios estruturais persistentes e vulnerabilidades que são uma barreira ao desenvolvimento sustentável, à governança democrática e ao crescimento econômico. As profundas desigualdades e a falta de proteção contra a pobreza, agravadas pela crise da COVID-19 e outros riscos emergentes, geraram um clima de frustração, incerteza e desconfiança em relação às instituições. O crescimento econômico desigual, a falta de emprego de qualidade, a exclusão, os desafios associados à mobilidade humana, a precariedade educativa e as crises climáticas estão contribuindo para o aumento da violência e da insegurança na região.

A região **da América Latina e do Caribe continua sendo a mais violenta e desigual do mundo**: registra 28,9% dos homicídios globais concentrados em 8,3% da população mundial. Essas cifras praticamente dobram o limite de epidemia estabelecido pela OMS, situado em 10 homicídios por cada 100 mil habitantes. A última atualização do Índice de Pobreza Multidimensional 2024⁵, publicada conjuntamente pelo PNUD e pela Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford (OPHI), fornece dados-chave que detalham a interconexão entre os conflitos e a pobreza, evidenciando que a redução da pobreza é mais lenta nas áreas afetadas por conflitos – onde o grau de pobreza é por si só maior do que nas áreas livres de violência – o que coloca as pessoas em uma posição de desvantagem ainda maior⁶.

⁵ UNDP (2024). 2024 Global Multidimensional Poverty Index (MPI). Poverty amid conflict. Extraído de: hdr.undp.org/content/2024-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI

⁶ PNUD/OPHI (2024). 1.100 millones de personas viven en situación de pobreza multidimensional y, de estas, casi 500 millones se encuentran en contextos de conflicto. Extraído de: www.undp.org/es/comunicados-de-prensa/1100-millones-de-personas-viven-en-situacion-de-pobreza-multidimensional.

Os crimes, em grande parte impulsionados pelo tráfico de armas e pela disponibilidade de recursos ilícitos, continuam afetando comunidades inteiras e geram altos custos em termos de saúde pública e coesão social. A falta de oportunidades, somada ao crescimento de redes de crime organizado e economias ilícitas, continua alimentando um clima de insegurança e violência que afeta desproporcionalmente os grupos vulneráveis, especialmente mulheres, meninas, jovens e comunidades indígenas⁷.

A violência contra as mulheres e a violência contra as defensoras e os defensores dos direitos humanos, ambientalistas e jornalistas também se intensificou, colocando em risco a democracia e o desenvolvimento sustentável. As mulheres e as meninas são um dos grupos sociais proporcionalmente mais afetados pela violência na região: além das altas taxas de feminicídio, elas são vítimas de outros crimes de alto impacto, como o tráfico de pessoas, a violência sexual e o desaparecimento de pessoas. Além disso, as mulheres que trabalham no espaço público têm maior probabilidade do que os homens de sofrer agressões físicas e psicológicas, ao que se soma o assédio nas redes sociais⁸, limitando sua participação na política⁹.

Por outro lado, a crise climática, muito aguda na América Latina e no Caribe, aumenta a violência em áreas de migração forçada. Esses eventos climáticos extremos têm uma especial influência nas decisões migratórias, empurrando as comunidades de áreas vulneráveis para territórios onde também há escassez de recursos, agravando as tensões e forçando essas comunidades a competirem por eles.

A soma desses fatores afetou consideravelmente a confiança nas democracias da região. Segundo os dados do Latinobarómetro 2023¹⁰, apenas 28% da população da América Latina e do Caribe está satisfeita com a democracia, uma queda alarmante de 17 pontos percentuais em relação aos 45% registrado em 2009.

⁷ Chinchilla, L. (2024). Seguridad Ciudadana y convivencia pacífica. Documento de trabajo preparado para los diálogos promovidos por CAF y PNUD (Borrador inédito)

⁸ IDEA Internacional (2023). Desinformación y discursos de odio. Amenazas digitales a la participación política de las mujeres en elecciones. Extraído de: www.idea.int/publications/catalogue/desinformacion-y-discursos-de-odio-amenazas-digitales-la-participacion?lang=es.

⁹ PNUD (2024). Construir sociedades democráticas fuertes: contrarrestar retrocesos y avanzar en la igualdad de género en América latina y el Caribe. Extraído de: www.undp.org/es/latin-america/publicaciones/construir-sociedadesdemocraticas-fuertes.

¹⁰ Corporación Latinobarómetro (2024). Informe 2023. Extraído de: www.latinobarometro.org/lat.jsp.

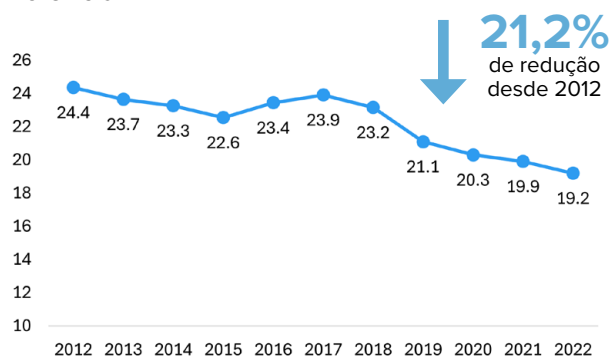
A insegurança cidadã no centro dos principais desafios da América Latina e do Caribe



6 de cada **10** pessoas acreditam que poderiam ser vítimas de um crime violento.

Fonte: Latinobarómetro (2023)

A pesar de importantes avanços na redução da violência



Fonte: UNODC (2023), Infosegura (2023)

...a região continua sendo a **mais violenta e desigual** do mundo, registrando:



Fonte: Estimativas próprias a partir da UNDESA (2022) e UNODC (2023).

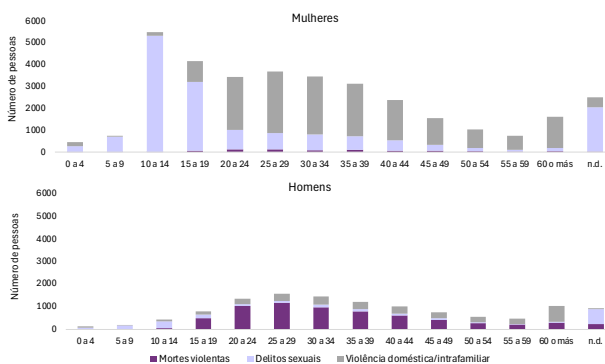
Países com baixas taxas de violência históricas estão experimentando **aumentos na taxa de homicídios** nos últimos anos:

- Ecuador (↑315%)
- Uruguay (↑30%)
- Chile (↑191%)
- Costa Rica (↑12%)

Fonte: Variação de homicídios de 2015 a 2022. Elaboração própria a partir de informações da UNDC (2024)

Para responder a esses desafios são necessárias políticas integrais e coordenadas que abordem tanto a prevenção da criminalidade quanto a proteção das vítimas e o acesso à justiça, assegurando o gozo dos direitos e uma resposta eficaz contra a impunidade. Para alcançar esse objetivo, a colaboração e a cooperação estatal, transnacional e regional são chaves para conter o avanço do crime organizado e assegurar um futuro seguro e justo para toda a região.

As **mulheres** e **meninas** são vítimas de múltiplas formas de violência ao longo do ciclo da vida:



Fonte: Infosegura (2024)

E a **violência seletiva** contra tem se intensificado em relação a:

- Representantes políticos (especialmente mulheres)
- Líderes ambientais e sociais
- Jornalistas
- Defensores dos Direitos Humanos

A **crise climática** que afeta a região agrava ainda mais a vulnerabilidade e o risco de violência.



Secas
Inundações
Desastres naturais



Tensão pelo acesso
a recursos essenciais
(água, terras cultiváveis)

Hoje, **6** dos **20** países com maior índice de crime organizado estão na América Latina e no Caribe.

Fonte: Índice Global de Crime Organizado 2023 (GI-TOC)

3. Boas práticas em segurança cidadã



Uma política de segurança integral deve ter como núcleo duro as políticas públicas implementadas pela institucionalidade jurídico-penal e policial, desde os corpos e forças de segurança até os tribunais e as promotorias, passando pelas instituições penitenciárias, o controle de fronteiras e dos fluxos financeiros ilícitos. As melhores práticas de segurança cidadã contêm elementos fundamentais de política social, mas nenhuma delas pode ser entendida sem uma estratégia de segurança e suas instituições, sem as quais a redução do crime e da violência não são viáveis. As experiências na América Latina e no Caribe nas últimas décadas mostram que as políticas públicas integrais de segurança cidadã permitiram conseguir resultados sustentáveis, contribuindo para alcançar uma redução de 21% na taxa de homicídios desde 2012. Essas práticas bem-sucedidas nos sugerem o caminho para uma segurança cidadã mais inclusiva e equitativa.

✓ Políticas públicas integrais, baseadas em evidências, com abordagem territorial:

A segurança cidadã exige uma abordagem integral, articulada e fundamentada em evidências, que combine prevenção, controle e persecução penal com atenção e proteção às vítimas. É essencial coordenar os esforços assegurando a participação das instâncias nos territórios, promovendo a colaboração entre as instituições públicas dos diferentes níveis do Estado, a sociedade civil, o setor privado e envolvendo as comunidades. Esta coordenação é chave para garantir uma governança eficaz, transparente e alinhada com o Estado de direito.

Os avanços dos diferentes sistemas que impulsiona atualmente o Sistema Ibero-Americano por meio da SEGIB e dos Organismos Ibero-Americanos Setoriais contribuem para o fortalecimento de políticas públicas da região. Esta experiência deve ser levada em conta ao **abordar a segurança cidadã como um problema de desenvolvimento** e promover a vinculação de todos os atores sociais. O sistema Ibero-Americano deve rever as suas contribuições em termos de segurança a fim de destacar e valorizar os instrumentos com os quais conta e suas capacidades para contribuir com a agenda de uma segurança centrada na proteção integral das pessoas, das comunidades e de seus direitos.

A cooperação ibero-americana conta com uma longa trajetória na promoção da educação em todos os seus níveis. Por esse motivo, é indispensável contemplar o papel vital da educação não apenas na formação em habilidades, mas também em seu papel protetor das crianças e em seu amplo impacto social para criar um espaço de segurança sustentável.

✓ **Prevenção das violências e fomento da convivência cidadã:**

A prevenção deve abordar as causas estruturais da violência, com ênfase na proteção precoce e na antecipação, centrando-se nas áreas geográficas e nos grupos populacionais mais afetados pela insegurança. É fundamental oferecer oportunidades de desenvolvimento para jovens em situação de exclusão social, evitando sua captação pelas redes criminosas por meio do acesso à educação, ao emprego e ao fortalecimento do tecido social. A violência baseada em gênero deve ser uma prioridade. Igualmente a prevenção da violência armada, combinando essas medidas com iniciativas comunitárias que promovam a resolução pacífica de conflitos e campanhas de conscientização que desencorajem a cultura da violência. A coordenação entre os atores locais, nacionais e regionais é fundamental para garantir intervenções coerentes e sustentáveis.

O PNUD integrou uma abordagem de gênero em suas políticas de prevenção da violência, desenvolvendo campanhas e programas específicos para reduzir a violência contra mulheres e meninas, que são especificamente vulneráveis ao crime organizado. Na região, isso teve como resultado um aumento das denúncias e uma maior conscientização, ajudando a dismantelar as redes de tráfico de pessoas e a proteger as vítimas de violência de gênero.

✓ **Acesso à justiça, redução da impunidade e processos justos:**

As políticas de segurança devem enfatizar claramente a atenção integral às vítimas de crimes. Um sistema de justiça forte e acessível é essencial para assegurar o acesso à justiça para todas as pessoas e garantir uma segurança eficaz. As transformações institucionais do setor de justiça devem orientar seus esforços para a efetividade, transparência e rapidez da gestão dos casos. O uso da tecnologia e da inteligência artificial (IA) na investigação criminal e a eficiência na punição dos crimes são fundamentais para oferecer justiça imediata, oportuna e equitativa.

Algumas políticas de choque em matéria de segurança exploraram estratégias de combate direto à delinquência, uso estendido da prisão preventiva e prisões em massa, seguidas de processos criminais em grupo contra organizações criminosas e seus membros. Os resultados a médio prazo terão de ser analisados, mas destacam como primeiros impactos a redução dos índices de delinquência e o significativo apoio popular a essas medidas, mesmo em circunstâncias que suscitaram reflexões do ponto de vista das garantias processuais e dos direitos individuais. Há uma clara tensão entre a efetividade e os princípios garantistas do processo, que há muito tempo são as duas facetas das políticas de segurança criminal mais difíceis de conciliar. A conclusão óbvia é que as políticas de segurança eficazes em matéria de segurança exigem reforçar e modernizar de maneira significativa as forças de segurança e as instituições do âmbito jurídico-penal, o que já implica decisões hierárquicas em matéria de orçamento e de investimento público.

O acesso à justiça para mulheres e meninas vítimas de violência é essencial para romper os ciclos de impunidade e garantir a proteção de seus direitos. Os sistemas judiciais devem tratar esses casos com rapidez e sensibilidade, assegurando o apoio integral e evitando a revitimização. É fundamental potencializar iniciativas de justiça aberta para ampliar o acesso à justiça com serviços centrados nas pessoas, fortalecer os conhecimentos e as competências dos operadores de justiça para continuar ampliando o acesso à informação e a transparência das instituições de justiça.

✓ **Tecnologia e inovação para a segurança:**

O uso da análise preditiva, sistemas de dados integrados e tecnologias para a gestão de informação é fundamental para antecipar os riscos e formular respostas adaptativas. A tecnologia também fortalece a persecução penal, permitindo identificar padrões criminais, otimizar a inteligência e melhorar a coordenação entre agências para a prevenção e o controle eficaz do crime e de suas causas subjacentes para assegurar direitos.

Hoje, a região também está inovando em matéria de segurança, apoiando-se em um investimento crescente em segurança digital, estimulada pela Inteligência Artificial. Os países líderes em IA na região, Brasil e México, investem quase tanto em IA para a segurança quanto para o marketing. Os usos da IA para a segurança incluem tanto a segurança cidadã quanto a ambiental. Concentrando-nos apenas nas instituições do Estado, o uso público da IA para a ordem pública e a segurança representa 18% do total na região, perdendo apenas para os usos da IA para assuntos econômicos e serviços públicos gerais, e bem à frente de setores como a saúde (11%) ou a educação (10%). Esse é um caminho de inovação que exigirá reflexão, desenho e investimento no futuro imediato¹¹.

✓ **Controle do crime organizado:**

O controle das estruturas do crime organizado e das economias ilícitas é um desafio-chave para a segurança e o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe. Essas redes criminosas conseguiram consolidar seu poder por meio do controle territorial, do tráfico de drogas, armas e pessoas, bem como por meio de atividades econômicas ilegais como a mineração e o corte ilegal de árvores. Para enfrentar esse desafio, é fundamental implementar políticas públicas que combinem o fortalecimento das instituições de segurança e justiça com mecanismos de cooperação regional e internacional.

Da mesma forma, deve-se promover a desarticulação dessas redes por meio do uso de inteligência financeira e do controle de ativos, atacando as bases econômicas que sustentam o crime organizado. Uma abordagem integral que contemple a prevenção, persecução e punição eficaz dessas estruturas é crucial para enfraquecer sua influência e proteger as comunidades vulneráveis. Por sua vez, uma forte colaboração interinstitucional e comunitária provou sua efetividade em diversos contextos, ajudando a reduzir a criminalidade e a fortalecer as capacidades estatais e comunitárias para resistir e combater o crime organizado.

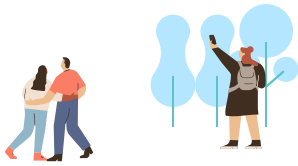
¹¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2024). Superar las trampas del desarrollo de América Latina y el Caribe en la era digital: el potencial transformador de las tecnologías digitales y la inteligencia artificial (LC/CMSI.9/3). Extraído de: www.cepal.org/es/publicaciones/80841-superar-trampas-desarrollo-america-latina-caribe-la-era-digital-potencial

✓ **Cooperação regional e internacional para a segurança:**

As parcerias regionais e os esforços coordenados entre os países da América Latina e do Caribe são essenciais para enfrentar os desafios transnacionais que afetam a segurança nos territórios. O crime organizado, o tráfico de pessoas, o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas não respeitam fronteiras, exigindo uma resposta que transcenda as capacidades individuais dos Estados. Uma abordagem transnacional, que fomente a cooperação em áreas como o intercâmbio de informações, a inteligência financeira e a harmonização de quadros legais, é crucial para desarticular as redes criminosas e atenuar seu impacto. A colaboração entre governos, organismos internacionais e atores locais é chave para implementar soluções eficazes que fortaleçam o controle territorial, protejam as comunidades e promovam um desenvolvimento seguro e sustentável em toda a região.

Nesse sentido, é importante considerar também a experiência da cooperação ibero-americana como modelo que incorpora como aspectos fundamentais a abordagem regional multidimensional e multiator, a horizontalidade, o desenho flexível e a priorização das agendas nacionais com base nos objetivos da Agenda 2030.

4. Contribuições inspiradoras para avançar na construção de paz, coesão social e desenvolvimento



O que nos ajudou a avançar em direção a sociedades más coesas, justas e inclusivas, nos impulsiona; trabalhemos juntos e com determinação para enfrentar os novos e complexos desafios.

A transformação de Medellín:

Esse é um exemplo emblemático de como uma abordagem integral de segurança cidadã, combinada com uma forte liderança política e uma forte ancoragem territorial, pode gerar mudanças significativas e sustentáveis. Por meio de políticas públicas centradas na convivência e nas necessidades da comunidade, Medellín conseguiu reduzir os altos índices de violência que a caracterizaram nas décadas anteriores. Essa conquista foi possível graças a uma estratégia que incluiu investimentos significativos em infraestrutura social, programas de prevenção ao crime, educação e cultura cidadã. A cidade também modernizou suas forças de segurança e justiça, garantindo o respeito dos direitos humanos em suas ações. Essa transformação de Medellín demonstra que, por meio da participação ativa dos cidadãos e de uma gestão coordenada, é possível construir uma segurança inclusiva que fortaleça o tecido social e promova a paz em comunidades anteriormente afetadas por altos níveis de violência..



O caso de Bogotá:

A capital colombiana, Bogotá, também se destaca como um exemplo de renovação em termos de segurança cidadã por meio de uma abordagem integral e participativa. Com políticas centradas nas pessoas, baseadas em evidências e apoiadas na colaboração da comunidade, Bogotá conseguiu reduzir significativamente a violência que tinha afetado sua vida urbana. Sua estratégia incluiu investimentos em infraestrutura social e programas de prevenção ao crime, bem como o fomento de uma cultura cidadã de respeito e convivência.

Além disso, Bogotá modernizou suas forças de segurança e justiça, operando dentro de um quadro de respeito aos direitos humanos. Esse processo de transformação na capital demonstrou que, com uma liderança forte e a participação ativa dos cidadãos, é possível construir uma segurança sustentável, melhorar a percepção de segurança e fortalecer a coesão social. A experiência de Bogotá tem sido uma referência para muitas cidades, que encontram em seu modelo um exemplo de como uma abordagem integral e colaborativa pode construir comunidades mais justas e pacíficas.

As políticas públicas de segurança cidadã baseadas em evidências foram o núcleo do Projeto Regional Infosegura¹², implementado na América Central e na República Dominicana pelo PNUD em parceria com a USAID e em articulação com as instituições nacionais. Durante uma década, o projeto colaborou com mais de 90 instituições estatais e 60 organizações da sociedade civil, promovendo a coleta, a análise e o uso de informações para a gestão pública. O Infosegura contribuiu para o desenvolvimento de capacidades técnicas e para o uso de ferramentas tecnológicas para analisar o contexto de insegurança e vulnerabilidades, proporcionando uma base sólida para a tomada de decisões em políticas de prevenção e atenção da violência e da criminalidade.

O projeto facilitou o desenho de 120 políticas e estratégias de segurança, com uma abordagem de gênero, centrada nas pessoas e com ancoragem territorial. Aproveitando a transformação digital e promovendo o uso da tecnologia para melhorar a segurança cidadã e a prevenção da violência, o Infosegura contribuiu para o desenvolvimento de ferramentas de análise automatizada de dados, ferramentas digitais e chatbots baseados em inteligência artificial, que fortalecem as respostas institucionais no âmbito local, nacional e regional¹³. O projeto também contribuiu para construir ecossistemas de dados e plataformas digitais que integram informações-chave, facilitando a tomada de decisões baseada em evidências. Impulsionou também uma estratégia

¹² Para saber mais sobre o Projeto Regional Infosegura acesse: infosegura.org

¹³ Chatbot Sara: chatbotsara.org

inovadora de comunicação para o intercâmbio e a difusão de informações contínuas sobre o contexto da segurança cidadã na região¹⁴. A iniciativa promoveu a articulação de uma comunidade de prática e aprendizagem e consolidou a Rede de Conhecimento CONOSE, integrada por centros de pensamento e universidades regionais, que colaboram no desenvolvimento de pesquisa, formação e transferência de capacidades¹⁵. Durante uma década de implementação, a região registrou uma redução de 49,6% na taxa de homicídios e uma diminuição de 31,5% na taxa de feminicídios. Esses avanços foram acompanhados por um aumento na confiança da população na polícia e uma melhoria na percepção de segurança em vários países, de acordo com os dados do Latinobarómetro.

Para fazer frente às expressões de violência e antecipar os riscos que representa a combinação de mecanismos de governança criminal e economia ilegal no âmbito comunitário e local, foram utilizadas ferramentas de gestão de evidências para a priorização de áreas geográficas e grupos populacionais mais afetados pela incidência criminal e pelas vulnerabilidades econômicas e sociais. Honduras, El Salvador, Guatemala e República Dominicana têm Índices de Priorização territorial¹⁶, no Brasil foi implementado o Atlas da Violência, no Panamá foi traçado o Índice de Pobreza Multidimensional corrigido por segurança, e foram realizadas atualizações periódicas da situação da violência contra as mulheres e as meninas. Essas informações são cruciais para desenhar políticas de segurança cidadã e para identificar a presença institucional do Estado e redirecionar seu impacto no desenvolvimento humano.

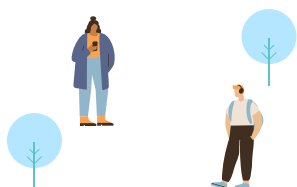
Os países da região também desenvolveram significativos esforços orientados à prevenção, atenção, proteção e erradicação da violência contra as mulheres e as meninas. Em parceria com os governos da América Central e da República Dominicana, o Infosegura impulsionou a criação de políticas públicas baseadas em evidências, fortalecendo a gestão de informações com perspectiva de gênero. O projeto promoveu o uso de ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial para a prevenção e atenção da violência, com soluções inovadoras como os chatbots Sara e Paco, centrados na assistência às mulheres em situação de violência e na promoção de novas masculinidades, respectivamente. O Infosegura também desenvolveu diversas campanhas de comunicação e conscientização para reduzir a violência de gênero, contribuir com os governos para responder a esse problema e aumentar as denúncias, fomentando uma maior participação da cidadania e fortalecendo a colaboração entre os governos e a sociedade civil. Por sua vez, a Iniciativa Spotlight, promovida pelas agências do Sistema das Nações Unidas e da União Europeia, contribuiu para a prevenção, atenção às vítimas e reparação do dano. Os esforços nacionais com o apoio de ambas as iniciativas representam um compromisso regional para avançar em direção a sociedades seguras, justas e inclusivas, onde todas as pessoas possam viver sem medo e desenvolver plenamente seu potencial.

¹⁴ Infosegura (2024). Dashboard con datos sobre seguridad ciudadana, violencia contra las mujeres y las niñas y factores asociados en Centroamérica y República Dominicana. Extraído de: infosegura.org/dashboard; Infosegura (2024). Análisis periódicos y sistemáticos por país y para la subregión. Extraído de: infosegura.org/publicaciones

¹⁵ Infosegura (2024). 10 años de logros en seguridad ciudadana. Extraído de: infosegura.org/region/10-anos-de-logros-seguridad-ciudadana.

¹⁶ Infosegura (2024). Índices de priorización territorial: **Guatemala**. Extraído de: infosegura.org/noticias/indice-de-priorizacion-territorial-la-nueva-herramienta-implementada-por-guatemala-para-la-creacion-de-politicas-publicas **El Salvador**. Extraído de: www.seguridad.gob.sv/dia/herramientas-de-priorizacion. **República Dominicana**. Extraído de: www.undp.org/es/dominican-republic/noticias/nuevas-herramientas-de-interior-y-policia-permiten-acceso-manejo-de-estadisticas-y-comprension-de-la-seguridad-ciudadana **Honduras**. Extraído de: infosegura.org/noticias/indice-de-priorizacion-territorial-una-nueva-herramienta-para-analisis-temas-de-seguridad-ciudadana-convivencia-honduras.

5. Olhando para o futuro



É o momento de redobrar os esforços e atuar juntos para construir hoje a segurança e a justiça que assegurem um futuro sustentável para todas as pessoas da nossa região.

Áreas de oportunidade para uma segurança cidadã sustentável e inclusiva:

À medida que avançamos em direção ao futuro, é fundamental reforçar a abordagem integral da segurança cidadã sustentável e inclusiva, abordando os desafios estruturais e emergentes de forma coordenada. Entre as áreas-chave de oportunidade, destaca a integração de tecnologia e inovação, o fortalecimento de parcerias público-privadas e a promoção de políticas de segurança centradas nas pessoas, que priorizem a igualdade de gênero, os direitos humanos e a coesão social. A melhoria na coleta e análise de dados continua sendo essencial para garantir que as decisões sejam baseadas em evidências confiáveis, permitindo ajustar as estratégias conforme as necessidades locais e as mudanças nos contextos.

Chamada à ação:

É o momento de comprometer-se com ações mais rápidas e eficazes que respondam às necessidades urgentes de segurança na região. Os governos, o setor privado, a academia, a sociedade civil e a comunidade internacional devem trabalhar juntos para consolidar os avanços alcançados, criar instituições mais eficazes e reforçar a governança efetiva.

A segurança, compreendida como um problema de desenvolvimento, exige uma abordagem multidimensional que pode ser impulsionada a partir do espaço do sistema ibero-americano, cujas experiências estão capacitadas para dotar de rigorosidade e eficiência as iniciativas que forem desenhadas para prevenir, antecipar e enfrentar os desafios supostos por ela.

O PNUD, Fundação Carolina, IDEA Internacional e SEGIB propõem redobrar os esforços por meio de uma abordagem integral e coordenada nos níveis estatal, transnacional e regional como pilar fundamental de uma agenda renovada de desenvolvimento e democracia na América Latina e no Caribe, com as pessoas no centro da segurança, assegurando um futuro mais seguro, inclusivo e próspero para todas as pessoas.

6. Anexo 1

A segurança cidadã: uma agenda que expande a esfera pública desde 1991



Revalorizar o paradigma de segurança cidadã centrada nas pessoas é crucial; romper o bloqueio do desenvolvimento para enfrentar juntos os atuais e complexos desafios que demandam redobrar os esforços para assegurar respostas eficazes contra a violência e o medo, encaminhas a construção de uma paz sustentável e duradoura.

O Pacto do Futuro, assinado recentemente pelas e pelos chefes de Estado na sede das Nações Unidas, é um marco na reafirmação do compromisso para um mundo pacífico, justo, igualitário e inclusivo. O processo histórico das últimas décadas consolidou um quadro de diálogo aberto, que estabeleceu as bases para a inclusão dos temas de segurança na agenda política e programática da América Latina e do Caribe e permitiu que os desafios em matéria de segurança cidadã sejam abordados com uma perspectiva abrangente e centrada nas pessoas, reforçando a necessidade de construir sociedades mais seguras e coesas.

Desde 1991, são promovidos em nossa região espaços políticos, temáticos e programáticos que permitiram mover a agenda regional e nacional, tornando-se referências globais. A Declaração de Guadalajara, México, traçou os desafios e as oportunidades para alcançar uma região pacífica e plena na primeira reunião das e dos chefes da Ibero-América. Os avanços na consolidação da segurança pública regional foram consolidados com as Reuniões de ministros e ministras de Segurança. Nesse processo, organizações como o IDEA Internacional, Fundação Carolina e PNUD apoiaram os novos desafios emergentes por meio da criação de quadros conceituais e da adaptação de conhecimentos. Sua abordagem permitiu enfrentar as complexidades das estruturas criminais e a evolução do crime organizado, fomentando as conversas necessárias para abordar esses problemas de forma eficaz¹⁷.

Os avanços nessas áreas devem considerar:

- ✓ **Empoderar as pessoas**, especialmente os grupos mais vulneráveis e excluídos, para que participem ativamente na construção de sociedades mais justas, inclusivas e seguras. É fundamental fortalecer a capacidade de agência desses grupos para garantir que as políticas de segurança respondam às suas necessidades específicas. Isso exige um maior investimento na agenda social (saúde, educação e emprego), sem o qual não é possível propor soluções consistentes e viáveis para a insegurança¹⁸.

¹⁷ IDEA Internacional y el Diálogo Interamericano (2024). El desafío de la seguridad para las democracias en América Latina. Extraído de: www.thedialogue.org/events/el-desafio-de-la-seguridad-para-las-democracias-en-america-latina/?lang=es.

¹⁸ Rodríguez-Pinzón, E. y Mila-Maldonado, A. (2024). “La seguridad en América Latina: Desafíos actuales y perspectivas futuras”. Análisis Carolina nº12. Madrid. Fundación Carolina.

- ✓ **Renovar e fortalecer o Estado de direito**, consolidando as capacidades dos governos e de suas instituições, assegurando que estejam preparadas para enfrentar os desafios presentes e futuros em matéria de segurança e justiça, com um estrito respeito aos direitos humanos.
- ✓ **Impulsionar a colaboração e a articulação institucional no âmbito interinstitucional, territorial, nacional e transnacional**, para que as respostas sejam eficazes e coordenadas, é essencial para superar as fragmentações que dificultam a cooperação entre os diferentes níveis de governo. Isso deve ser feito com base em evidências e dados concretos.
- ✓ **Promover uma visão integral e sustentável** nas políticas de segurança, que aborde tanto os problemas imediatos quanto as causas estruturais da violência. Somente por meio de uma abordagem integral e de uma implementação coordenada será possível gerar ambientes mais seguros e garantir o Estado de direito e o bem-estar de todas as pessoas.

Esses princípios fundamentais são sustentados pelos seguintes eixos:

- ✓ **Centrado nas pessoas:** priorizar as necessidades de justiça e de segurança das pessoas, assegurando que seus direitos humanos sejam o pilar de qualquer política de segurança.
- ✓ **Baseado nos direitos humanos:** garantir um contexto de paz que promova a dignidade humana, a igualdade e o acesso à justiça.
- ✓ **Com perspectiva de gênero:** assegurar que as políticas de segurança cidadã respondam aos problemas e necessidades específicas das mulheres e meninas, que são as que enfrentam várias formas de violência ao longo de suas vidas.
- ✓ **Abordagem baseada em evidências:** tomar decisões estratégicas fundamentadas em dados, antecipando os fatores que perpetuam a insegurança e analisando as causas profundas das desigualdades e da exclusão, com o objetivo de desenhar políticas mais justas, eficazes e adaptativas.
- ✓ **Participação inclusiva:** envolver todos os setores da sociedade no desenho e na execução de políticas públicas. Os exemplos disso são a academia, o setor público, o setor privado, bem como a mídia, as forças de segurança e o terceiro setor, entre os quais devem ser estabelecidos diálogos sob o lema do cuidado da democracia como um bem comum¹⁹.
- ✓ **Inovação e soluções digitais inclusivas:** apoiar a transição digital das instituições do setor de segurança. Aproveitar as ferramentas tecnológicas para melhorar a eficácia das políticas e facilitar o acesso às informações.
- ✓ **Orientado para mudanças transformacionais:** garantir que as políticas de segurança sejam articuladas com as de desenvolvimento, para incidir nas causas estruturais da violência e promover mudanças sustentáveis.

¹⁹ Rodríguez, E. (2024). Érika Rodríguez, directora de la Fundación Carolina: “Los latinoamericanos están unidos bajo el paraguas del miedo”. Extraído de: elpais.com/chile/2024-08-29/erika-rodriguez-directora-de-la-fundacion-carolina-los-latinoamericanos-están-unidos-bajo-el-paraguas-del-miedo.html.

A segurança cidadã, concebida como um bem público, exige a observância de padrões democráticos e participativos para garantir sua sustentabilidade e legitimidade. Alinhado com esses princípios, e apoiando-se nos esforços nacionais que impulsionaram reformas nos quadros regulatórios, desenhos institucionais, formulação de políticas e processos de formação de pessoal, foram alcançados avanços significativos na gestão do setor de segurança. Além disso, os países da região acumularam uma experiência valiosa na prevenção e no controle de diversas formas de violência e delinquência, tanto no âmbito nacional quanto no subnacional. No entanto, para avançar em direção a uma gestão da segurança cidadã mais eficaz, inclusiva e sustentável e baseada em direitos, os desafios atuais exigem redobrar esses esforços em prol de consolidar os avanços alcançados e responder às novas dinâmicas emergentes.



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana

